

O organismo de Direcção deve ser composto por camaradas que assegurem ligação aos vários subsectores e áreas, e experiências diversificadas, que permitam a análise, discussão e concretização das grandes linhas de intervenção e actividade do Sector. Junto da Direcção do S.INTEL deve funcionar uma Comissão de Organização e Fundos e uma Comissão de Informação e Propaganda.

### **Subsectores orgânicos**

O reforço do Partido, da sua organização e capacidade de intervenção, exige que o S.INTEL caminhe no sentido da estruturação dos seus sub-sectores, integrando o maior número de membros do sector em organismos, elevando o número daqueles que têm tarefas regulares, agilizando e aperfeiçoando formas de contacto e informação, realizando plenários regulares, promovendo as suas assembleias, aumentando e qualificando a vida própria do Sector.

Os actuais sub-sectores do S.INTEL/Porto são: Área Cultural; Comunicação Social; Educação; Justiça; Quadros Técnicos; Saúde;

### **Política de fundos**

A melhor resposta à tentativa de reduzir e limitar a actividade política do Partido através da Lei de Financiamento é o trabalho persistente no sentido de aumentar cada vez mais a sua capacidade financeira, recuperando e regularizando a quotização dos militantes do S.INTEL, promovendo iniciativas de recolha extraordinária de fundos (contribuições de militantes e simpatizantes, exposições de artes plásticas), envolvendo activamente o Sector nas acções centrais de fundos (campanha Dia de Salário). Incremento da divulgação do Avante e Militante com respectivo aumento das vendas. Actualmente, um numero insatisfatório de militantes do S.INTEL pagam quotas com regularidade. Nos últimos anos, a receita proveniente da cobrança de quotização subiu significativamente, em parte fruto do trabalho de actualização do ficheiro, muito embora as receitas extraordinárias tenham diminuído, o que se traduziu numa descida da nossa receita global. De futuro propõe-se o empenho na recolha da quotização como fonte regular de receitas, dando particular ênfase ao pagamento da quota por transferência bancária (neste momento 50% dos militantes a pagar quota regularmente fazem-no desta forma). Não devemos esquecer, porém, as fontes extraordinárias de receita, fundamentalmente as iniciativas de fundos que possamos vir a desenvolver, tendo como objectivo contrariar a tendente descida do valor global de receitas por parte do Sector Intelectual. Deverão ser responsabilizados quadros pela tarefa de Fundos, integrados numa Comissão constituída para o efeito.

### **Campanha de actualização de dados**

A concretização desta dinâmica de contacto com todos os militantes do Partido é de fundamental importância para o reforço político e orgânico do S.INTEL, devendo ser uma prioridade no trabalho da Comissão de Organização do Sector. O envolvimento de mais quadros e a programação mais apurada desta tarefa são exigências para a sua conclusão atempada, recuperando o atraso que persiste até ao momento desta Assembleia. Até ao momento foi contactado um terço dos camaradas.

### **Informação e propaganda**

Tendo em consideração decisões anteriores de reforço dos meios de informação próprios do S.INTEL, deveremos recuperar a iniciativa da Diagonal, como publicação on-line do Sector, responsabilizando camaradas pela sua concretização, no quadro da Comissão de Informação e Propaganda. As necessidades do actividade mais geral do Partido exigem um maior envolvimento do S.INTEL nas acções de propaganda promovidas no âmbito da ORP.

# VI

ASSEMBLEIA DE ORGANIZAÇÃO

SECTOR INTELECTUAL/ ORP  
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## **RESOLUÇÃO POLÍTICA**

### **Introdução**

A preparação do 17.º Congresso do PCP e a realização das eleições antecipadas para a Assembleia da República, em que o Sector esteve profundamente envolvido, levaram ao adiamento da VI Assembleia de Organização que, para respeitar o mandato definido de dois anos, devia ter-se efectuado em Outubro passado.

Embora este adiamento se fique a dever a compreensíveis razões de ordem prática, e tenha atrasado a consideração colectiva de urgentes medidas de direcção, a verdade é que o actual momento oferece um quadro mais favorável para o debate e as decisões a tomar.

De facto, a Resolução aprovada no Congresso constitui um valioso e clarificador instrumento de análise das profundas e rápidas transformações entretanto ocorridas nos planos nacional e internacional, e de orientação para a intervenção dos comunistas e o reforço da organização, num quadro em que importa intensificar a resistência e a luta contra a ofensiva do capitalismo neoliberal e do imperialismo. Por outro lado, em Outubro, a prioridade das prioridades era pôr termo ao perigoso e reaccionário governo de direita, firme exigência do PCP, na sequência de um período em que outros partidos da oposição, recorde-se, admitiam a sua continuação até 2006.

Foi derrotado o governo, o PCP aumentou a sua votação e grupo parlamentar, abriram-se novas perspectivas, embora a maioria absoluta do PS, pelas medidas pontuais já tomadas, designadamente no alegado combate ao défice orçamental, pela defesa que faz da “constituição europeia”, federalista e neoliberal, revele completa subordinação aos interesses dominantes do grande capital.

Estamos, pois, no momento indicado, quando se aproxima a campanha para as eleições autárquicas, (também num quadro em que PS/PSD insistem no referendo à dita Constituição Europeia, apesar das duas vitórias do “Não” na França e na Holanda, que deveriam implicar a sua imediata cessação), e quando se impõe reunir esforços e energias para incrementar a luta de massas, para debater e reflectir sobre a experiência de trabalho do mandato que agora termina, tomar as medidas necessárias no plano da direcção, com vista ao reforço da organização do Sector Intelectual, que a Resolução do último Congresso torna ainda mais imperativo, com vista à superação das insuficiências políticas do funcionamento de alguns sub-sectores do S.INTEL/Porto.

## Síntese de Actividade 2002/2005

- a. Duas audições sobre Questões Culturais com a presença de deputados da AR, em 2004 e 2005;
- b. Para comemorar os trinta anos da Revolução de Abril, foi realizada a Exposição de Artes Plásticas “O Eterno Movimento”, com a participação de 60 artistas, e a edição do inédito de Lorca “Alocução ao Povo da Aldeia de Fuentevaqueros”, com a participação de vários escritores e artistas, apresentada publicamente em Lisboa, Setúbal, Palmela, Braga e Porto.
- c. A edição, como iniciativa de fundos no Natal de 2003, de um poema de Papi-niano Carlos com fotografia de Augusto Baptista.
- d. Foram realizados debates públicos sobre o “Novo modelo de gestão hospitalar”, a “Lei de Bases do Sistema Educativo”, a Comunicação Social (2), o “Sistema Político”, a “Evolução da Situação Internacional”, o “Futuro da União Europeia”, a “Militarização e Crise Civilizacional”, os “Intelectuais, a ofensiva neoliberal e o projecto socialista”, entre outros.
- e. Foi assinalado, em dois anos, com debates públicos, o aniversário da Revolução de Outubro.
- f. Realizaram-se jantares comemorativos do aniversário do Partido e do 25 de Abril.
- g. O Sector participou activamente nas campanhas eleitorais, entre outras acções, para o Parlamento Europeu, com um Encontro de Intelectuais, e para Assembleia da República, com um Encontro sobre Educação e Cultura e um Apelo ao voto junto das Escolas do Ensino Superior.
- h. Realizaram-se plenários de militantes, por vezes com temas específicos, embora sem regularidade, um Encontro com os delegados ao 17.º Congresso e outras iniciativas de convívio.
- i. O Sector participou activamente nas acções contra a guerra e no movimento dos Fóruns Sociais, na luta contra o Código Laboral e a Lei dos Partidos.
- j. Tem sido dada particular atenção à articulação nacional nas áreas da Educação, Cultura, Justiça e Saúde.

Mantém-se persistentes atrasos na filiação de jovens militantes, na sua integração e responsabilização partidária, são ainda incipientes os passos dados na organização dos novos diplomados, muitos dos quais estão no desemprego e são fortemente explorados.

O contacto com os membros do Partido organizados neste Sector, integrado na Campanha Nacional de actualização de dados, revela preocupantes atrasos. O núcleo activo tem-se alargado muito lentamente, e continua reduzido o número de camaradas que reúnem com regularidade, os sub-sectores reúnem-se sem regularidade. Tem havido pouca iniciativa própria, embora sejam numerosos os militantes com uma intensa actividade sindical e associativa e nos seus locais de trabalho, que o Sector tem acompanhado.

Os objectivos financeiros não foram alcançados, com reflexos negativos na actividade do sector.

A par destes traços que, em parte, tem causas objectivas, mas em que também pesam insuficiências no trabalho de direcção, há muito identificados, para os quais não se têm encontrado soluções eficazes, o Sector tem tido uma apreciável participação na actividade geral do Partido e realizado algumas iniciativas com positiva expressão pública

O documento que se segue analisa a situação dos trabalhadores intelectuais, caracteriza a evolução das principais áreas e sectores e propõe linhas de intervenção que têm, naturalmente, em conta a Resolução Política aprovada no 17.º Congresso do PCP. A este texto – necessariamente reduzido – se pretende associar posteriores avaliações e aquisições políticas, decorrentes das respectivas dinâmicas de trabalho dos sub-sectores do S.INTEL e também das suas desejáveis assembleias de organização.

Mantemos presente o objectivo de intensificação da luta ideológica, do incremento da luta de massas contra a política de direita: organizando melhor, aumentando, renovando e rejuvenescendo o núcleo activo de militantes, alargando a influência do Partido, tendo mais iniciativa própria, com uma direcção mais operativa.

criação de condições dignas para o normal funcionamento de museus, arquivos e bibliotecas;

d. o estímulo à produção contemporânea, à descentralização dos projectos culturais e à formação de públicos – tanto no plano nacional como a nível regional e local;

e. O acesso à criação, no respeito pela diversidade estética e estilística;

f. O apoio ao ensino artístico;

g. A estabilidade profissional dos próprios artistas, criadores e agentes culturais.

Por outro lado, a diluição das assimetrias regionais passa pela criação de infra-estruturas, equipamentos e escolas artísticas em zonas onde eles escasseiam e por uma efectiva promoção das itinerâncias culturais. Mas passa também por medidas de carácter estruturante, tais como:

a. Uma campanha séria de erradicação do analfabetismo e de fomento dos hábitos de leitura nos mais jovens e na população em geral;

b. Respeito pelos direitos dos professores do ensino obrigatório a uma permanente actualização científica e didáctica, designadamente em matérias tão cruciais para a literacia e o sucesso escolares, como são a educação linguística, literária e matemática (factores fundamentais de equidade no plano social);

c. Maior investimento no desenvolvimento da rede de bibliotecas públicas e arquivos e uma aposta séria na rede de bibliotecas escolares, a par da garantia (hoje ameaçada pela toda-poderosa Comissão Europeia) do direito à leitura pública livre e gratuita.

Num quadro em que a ofensiva neoliberal afecta, de modo crescente, a actividade cultural, os comunistas organizados no Sector Intelectual do Porto propõem-se contribuir activamente para a tomada de posição pública do Partido sobre o programa e as acções concretas do Governo para esta área. Uma tal tomada de posição reafirmaria os eixos ideológicos da nossa concepção de política cultural, em antagonismo com as concepções presentes no Programa do Governo do PS. Caracterizaria a gravíssima situação de asfixia e desestruturação vivida na Cultura e no respectivo Ministério, com particular atenção para a situação que enfrentam os seus trabalhadores (incluindo os dos múltiplos organismos dependentes do Ministério da Cultura) e para as condições sócio-profissionais dos agentes culturais. Essa mesma tomada de posição visaria, por outra parte, exigir um Plano de Emergência para a Cultura.

A continuidade deste processo de diagnóstico, procura de soluções e combate à política cultural de direita, bem como de reforço da intervenção do Partido implica ainda o envolvimento activo dos comunistas organizados no Sector Intelectual do Porto:

a. Em todos os espaços de intervenção ao seu alcance (associações, núcleos artísticos e culturais, grupos sócio-profissionais, estruturas sindicais, etc.) nos quais existam ou se criem condições para o combate por uma política cultural alternativa e de esquerda, para o esclarecimento ideológico, a luta contra os aspectos mais negativos do individualismo e carreirismo e em prol dos valores ético-políticos;

b. Na preparação e participação, em 2006, numa iniciativa nacional do Partido centrada na concepção que temos da vertente cultural da Democracia, visando o seu enriquecimento e desenvolvimento.

### Quadros Técnicos

Sob esta denominação organizámos tradicionalmente um conjunto de camaradas muito heterogéneo relativamente às formações e inserções profissionais. Muitos destes camaradas (engenheiros, psicólogos, trabalhadores sociais, etc.) inserem-se hoje em grupos profissionais que tiveram um grande crescimento nos últimos anos e há claros sinais, para alguns deles, de se encontrarem numa fase em que, pelo seu peso numérico e pela sua inserção profissional, se aproximam rapidamente do estatuto real dos outros trabalhadores, por vezes mesmo directamente submetidos a uma violenta pressão de degradação do seu estatuto sócio-profissional.

Apesar de ser necessário ainda apurar qual a forma de organização destes militantes, se de forma autónoma (com células de empresa ou serviço) se enquadra em outras organizações não directamente relacionadas com o local de trabalho, é manifesta a importância de organizar este sub-sector, de nele poder dinamizar a acção do Partido, no sentido do reforço das suas fileiras, em especial junto dos jovens quadros.

## 3. Reforço do Partido

### Questões de direcção

A estrutura de direcção do S.INTEL é constituída pela Direcção e pelo seu Secretariado, devendo existir também organismos de direcção dos vários subsectores que assegurem permanente acompanhamento ao trabalho nas respectivas áreas.

branqueamento de capitais e a corrupção.

Merecem igualmente atenção as tendências para cercear os direitos e as liberdades individuais por razões securitárias. Um dos sectores profissionais com maior peso, a advocacia, teve profundas alterações. Sendo antes uma profissão predominantemente independente, hoje segue a tendência de crescente assalariamento. Há cinco escolas superiores públicas de direito e 15 escolas superiores privadas, sendo que no distrito do Porto essa desproporção ainda mais se acentua. Há cerca de duas mil candidaturas anuais à Ordem. Grande parte dos jovens advogados são hoje assalariados, com baixas remunerações, horários extensos e direitos reduzidos. Desenvolve-se um movimento associativo de jovens e de advogados independentes e debate-se a possibilidade e a necessidade de criação de uma estrutura sindical.

A acção dos comunistas deve, assim, ter como referentes essenciais a defesa da independência do poder judicial, a defesa de uma justiça mais célere e eficaz, e que assegure o acesso igual a todos os cidadãos, designadamente dos de menores recursos, a defesa da responsabilização do Estado, a defesa de condições de trabalho dignas e dos direitos laborais, a dinamização da actividade associativa e sindical. Não podemos ignorar contudo que a crise da justiça é consequência imediata da crise que se manifesta no sistema sócio-económico e que o aumento exponencial dos processos judiciais, em consequência dos conflitos económicos e sociais, pode a breve prazo provocar a ruptura do sistema judicial.

## Cultura

Com incidências visíveis na região do Porto, um traço essencial caracteriza a actual situação do país em matéria de Cultura: a asfixia financeira, que se traduz na quase paralisação de alguns sectores fundamentais para a vida cultural do País. Esta situação abrange quer as instituições e actividades que dependem da acção directa do governo, quer as áreas de responsabilidade do poder autárquico, designadamente na cidade do Porto e em diversos concelhos da Área Metropolitana. São exemplos dessa paralisia as condições de funcionamento em que se encontram arquivos, bibliotecas, a rede de museus e os institutos aos quais cabe o apoio estatal ao teatro independente, à dança, ao audiovisual e a outras formas de expressão artística.

Os cortes e restrições orçamentais impostos pelo governo PSD-CDS condenaram à inacção importantes instituições ou áreas de trabalho e o financiamento público das actividades culturais assenta em percentagem cada vez maior nos municípios. A eventual transferência de novos encargos para as autarquias, tendo em vista a atribuição local e regional de apoios, corresponde a um modelo que conduziria a uma ainda maior fragilização das iniciativas descentralizadas, e a um cerceamento da diversidade cultural.

Tendo uma matriz ideológica de orientação neoliberal, marcada por um deliberado recuo do Estado relativamente às suas obrigações sociais (designadamente em matéria de política cultural), esta drástica redução dos apoios à descentralização e criação configura-se, pois, como uma realidade indesmentível. Por outro lado, começa a acentuar-se claramente uma orientação de cedência (total ou parcial) ao sector privado de bens culturais públicos. Três exemplos disso são a consumada colocação da rede de pousadas –valiosos equipamentos de vocação turístico-cultural que empregam um número considerável de trabalhadores– sob a alçada de um grupo empresarial privado, a entrega de projectos regionais na área da Cultura a empresas de “promoção de eventos culturais” e, sobretudo, as tentativas recentes de privatização da gestão de equipamentos de capitais públicos, como aconteceu na Casa da Música.

Os efeitos práticos destas orientações perniciosas em matéria de política cultural saldaram-se na inexistência de uma democraticidade cultural básica, procurando-se iludir a sua ausência com o recurso ao mercado cultural nas suas facetas mais destrutivas da identidade nacional.

Tendo em vista, no imediato, os combates eleitorais marcados para finais de 2005, os cantos de sereia ensaiados pelo governo PS, através da nova equipa responsável pelo Ministério da Cultura, conquanto possam seduzir certas franjas de intelectuais, artistas e outros agentes culturais com acenos de subsídio e promessas vagas de resolução da crise nesta área, não conseguem mascarar os efeitos nefastos da chamada “crise orçamental”, do subfinanciamento e da visão mercantilista da Cultura que marcaram os governos PSD/CDS e ameaçam prolongar-se com o governo PS.

A democratização da cultura, que se incorpora nos objectivos mais amplos da política alternativa de que o país precisa, é inseparável de todo um conjunto de medidas básicas e essenciais, que devem constituir bandeiras de luta dos intelectuais comunistas:

- A promoção, financeiramente sustentada, da Língua e cultura portuguesas no país e no mundo – tendo aliás em atenção um quadro de acrescida interdependência internacional, em que se torna urgente combater todas as formas de colonização cultural;
- Uma coordenação, que não tem existido, das políticas com incidência na área cultural desenvolvidas pelos Ministérios da Cultura, da Educação, da Ciência e Ensino Superior e dos Negócios Estrangeiros,
- A salvaguarda e promoção do património, nas suas diversas vertentes, e a

## 1. A situação dos trabalhadores intelectuais no distrito do Porto

### O papel dos intelectuais no tecido produtivo

Persistindo ainda uma concepção tradicional da condição de intelectual —categorizada na acção de criação e teorização, formação e intermediação de opiniões e valores, na batalha das ideias, aparentando um especial papel de representação ideológica e ético-política—, a progressiva precarização das relações laborais e assalariamento das profissões intelectuais, associadas a realidades de crescente desemprego das novas gerações de licenciados aprofunda a tendência para uma crescente limitação de direitos e para o aumento dos condicionalismos à actividade intelectual que, afectando igualmente a generalidade dos trabalhadores no exercício de uma actividade profissional, criam bases objectivas para a convergência e solidariedade entre os intelectuais e quadros técnicos e o conjunto dos trabalhadores.

### Tarefas e obrigações políticas dos intelectuais comunistas no presente momento

A atenção às reivindicações de cada sector e área, através do reconhecimento das especificidades do exercício de algumas profissões intelectuais, como as artísticas, não deixando de alargar a convergência de muitas das reivindicações dos trabalhadores intelectuais com os demais trabalhadores e aprofundando o conhecimento das alterações que se têm vindo a verificar na sua condição social.

O reforço da organização e unidade dos trabalhadores intelectuais na luta pelos seus direitos, contribuindo para o desenvolvimento da organização e intervenção sindical, associativa e outras.

A dinamização da intervenção dos intelectuais numa dinâmica de desenvolvimento efectivo do País, de valorização das suas alavancas económicas fundamentais, num quadro de crescente interdependência internacional, combatendo todas as formas de colonização.

A contribuição intensificada para a luta por uma alternativa de esquerda, para a denúncia do capitalismo como sistema explorador e opressor e para a desmontagem crítica das ilusões europeístas, para a defesa da paz e a solidariedade internacionalista, para o aprofundamento da Democracia, pelo Socialismo, pelo Comunismo.

## 2. Sectores e linhas de intervenção para os intelectuais comunistas na actual situação política

### Comunicação Social

Manifestando-se um quadro de concentração dos órgãos de comunicação social num reduzido número de grupos económicos, torna-se fundamental reestruturar a rede de contactos entre os militantes do Partido neste importante sector, onde a pressão ideológica e a batalha das ideias se manifesta de forma avassaladora, no sentido de recuperar a militância organizada, proporcionar o contacto mais eficaz e permanente entre os militantes, acompanhar de forma mais regular e próxima as transformações que ocorrem neste sector, organizar a resistência às evoluções negativas.

A realidade é de agravamento das condições laborais dos trabalhadores do sector da comunicação social, através de perseguição e despedimentos selectivos, exploração desenfreada, recurso crescente às mais variadas formas de trabalho ilegal e gratuito, prolongamento indefinido do horário de trabalho, trabalho em dias feriados e folgas sem compensação, perda generalizada de influência destes trabalhadores no seio das respectivas empresas e nos seus rumos editoriais, informativos e programativos. A par da marginalização e do esvaziamento dos conselhos de redacção, a definição dos conteúdos está a ser progressivamente arrebatada pelas chefias e editorias, que aumentam a pressão sobre os profissionais no sentido de os tratarem como mercadorias, visando a captação de audiências e publicidade, prejudicando a qualidade, pondo em causa o direito à informação e à formação cultural. O cenário de precariedade laboral crescente favorece a existência de mecanismos de auto-censura dos trabalhadores, tal como facilita os processos informais de censura. O espaço para o exercício do controlo ideológico por parte dos detentores dos grandes grupos de comunicação social tende a ampliar-se e os militantes comunistas devem desempenhar destacado papel no combate a este rumo.

## Educação

O sector da educação no distrito do Porto —à semelhança do País— está marcado pela gestão danosa dos sucessivos governos com políticas de direita e sobre ele se abate a mais eficaz ofensiva das forças neoliberais do capital. O carácter universal e democrático do acesso ao ensino foi substituído pela mercantilização da educação que nada tem a ver com a qualidade do ensino ou o propósito de elevar o nível cultural da população. Assim é possível ler a promoção dos “rankings” das escolas secundárias, a “reestruturação” (leia-se forte desinvestimento) do Ensino Superior a propósito de Bolonha. O distrito do Porto (em particular os concelhos do Porto e Gaia) tem uma forte componente do sector privado do ensino. No Ensino Básico e Secundário cresce o panorama das pequenas e grandes escolas privadas (muitas vezes com regimes de contratualização e financiamento públicos que devem cessar imediatamente) que, bem no centro urbano, dividem paredes com escolas públicas, bem equipadas e com um corpo docente de grande qualidade, que padecem do fenómeno de desertificação que a implosão demográfica e o envelhecimento da população não chegam para explicar.

No Ensino Superior, a componente pública continua a dominar apesar dos sucessivos e continuados cortes de investimento que resultam na inevitável degradação do ensino e investigação. As escolas privadas, com poucas excepções, constituem uma oferta pobre em qualidade e subsistem somente pela vigência de um absurdo regime de numerus clausi e de uma conivente tutela por parte do respectivo ministério. Em termos gerais, as políticas seguidas tendem a degradar a qualidade do ensino público, elitizando o acesso ao saber, ao invés de procurar assegurar a formação de técnicos de qualidade que permitam um desenvolvimento sustentado do País.

Neste contexto, a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo que os governos de direita tentaram levar a cabo é paradigmática da tentativa de desresponsabilização do Estado pela Escola Pública, com vista à sua privatização.

Uma das questões que marcaram a política educativa mais recente foi a (re) constituição dos agrupamentos de escola, peça essencial de uma estratégia conducente à nomeação de gestões escolares e à criação de crescentes dificuldades à assunção da autonomia pelas escolas, num processo marcado pela prepotência, arbitrariedade e completo desrespeito pelas comunidades educativas.

O ataque à gestão democrática das escolas (como no ensino básico e secundário) e a sua completa subversão (como no ensino superior) teve como resultado evidente o afastamento dos docentes da vida participada da escola, num processo que não deixou incólumes os comunistas. Como resultado deste afastamento da vida das escolas, muitas vezes centramos a nossa acção política nas esferas nacionais, muitas vezes sindicais, sem dúvida importantes, mas que nos afastam, enquanto Partido, do contacto com os professores, com evidentes consequências para a frente de alargamento das nossas fileiras.

A pujança e representatividade do movimento sindical docente continua fortemente diferenciada no Ensino Superior (onde os sindicatos da FENPROF persistem com efectivos reduzidos, sendo todavia organizações prestigiadas) e nos Ensinos Pré-Escolar, Básico e Secundário (onde a FENPROF tem uma ampla base de apoio e presença permanente), pelo que necessitamos de, recentrando a acção política nas escolas, voltar a atender à militância sindical activa como actividade imprescindível dos comunistas. Será assim possível voltar a encarar a tarefa do recrutamento com mais consistência. Este processo deve incidir no acompanhamento precoce dos quadros da JCP que, uma vez concluída a sua formação académica, venham naturalmente a ingressar no S.INTEL.

A defesa da escola pública, a exigência de um ensino exigente e de qualidade, questões que abarcam naturalmente todos os graus de ensino devem constituir principais linhas de intervenção e luta, tendo principalmente em conta a necessidade de intervenção local, antes de outras formas de acção regionais ou nacionais.

## Saúde

O estado de saúde é uma preocupação crescente na vida das pessoas na sociedade actual, em Portugal como noutros países considerados desenvolvidos. Este fenómeno não está apenas associado ao aumento da esperança de vida com inerente envelhecimento da população e a uma cultura de promoção da saúde e prevenção da doença mas é fortemente condicionado por sentimentos de insegurança e a percepção dos elevados riscos para a saúde, resultantes de estilos de vida que promovem a doença. A actual fase de desenvolvimento do capitalismo gera sociedades doentes e sociedades de doentes (em Portugal 26,4% consideram-se num estado de saúde mau ou muito mau e 42,2% consideram-se num estado apenas razoável, apenas 31,3% se consideram em bom ou muito bom estado de saúde – Elementos Estatísticos “Saúde 2002”). O direito à saúde colide com o agravamento das desigualdades sociais. A evolução da medicina e dos recursos tecnológicos e científicos, crescentemente no domínio dos grandes grupos económicos transnacionais, fomenta o crescimento de um mercado da doença, sempre em expansão. Este é segmentado segundo a capacidade económica dos potenciais “clientes”, para uns directamente os cuidados privados, de acesso rápido, para outros os serviços privados propõem-se prestar o serviço público à custa do esbulho do Orçamento

do Estado, que garanta aos investimentos na “indústria da saúde/ doença” taxas de lucro das mais elevadas do mercado.

Cresce a percentagem do PIB na saúde e a parte correspondente nas despesas das famílias, ao mesmo tempo que a gula e a apropriação do grande capital. Crescem também o número e a percentagem de trabalhadores dos serviços de saúde. Degradam-se as condições de trabalho destes trabalhadores, a sua qualificação e também a qualidade dos cuidados de saúde prestados com a imposição das normas “empresariais” de gestão. A “empresarialização” dos serviços de saúde promove a procura dos doentes economicamente rentáveis, quer pelos privados e pelos Hospitais SA, e são rejeitados os que aumentam a despesa.

Neste quadro impõe-se a mobilização social pela defesa do direito à saúde, não apenas aos cuidados na doença, no concreto contra a degradação das condições sociais, da educação e cultura, assim como de acesso a cuidados de saúde de qualidade para todos.

Neste sentido o papel do movimento dos trabalhadores e dos movimentos de utentes desempenha um papel insubstituível. Neste quadro, a participação dos intelectuais nesta frente de luta tem um papel de relevo, porque zzzão também vítimas deste processo e pelo contributo das suas qualificações numa área em que se colocam problemas de complexidade técnica.

Um papel de primeira linha têm tido e continuarão a ter os profissionais de saúde. A defesa das suas condições de trabalho, das suas carreiras e qualificações profissionais, coincidem com os interesses dos utentes e são postos em causa com a crescente penetração e hegemonia do grande capital na área da saúde. Nesta perspectiva, além do papel destacado dos médicos e enfermeiros, há a relevar os administrativos e auxiliares assim como o crescente número de outros técnicos superiores de saúde —dentistas, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, técnicos auxiliares de diagnóstico, de saúde ambiental, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e outros.

Impõe-se o reforço da luta em defesa do SNS —contra o seu sub-financiamento e falta de investimento, contra a sua privatização progressiva e a promiscuidade de interesses público-privado; contra a escassez de recursos humanos.

A qualidade do SNS passa pela qualidade dos recursos humanos— da sua formação inicial, à sua formação contínua, às condições de trabalho e às carreiras profissionais.

Passa também pela melhor gestão dos serviços de saúde, pela descentralização, pela participação na gestão dos seus profissionais e dos utentes destes serviços públicos.

Passa igualmente pelo combate a medidas que desresponsabilizem o Estado e aumentem a comparticipação das famílias directa ou indirectamente nos custos da despesa da saúde.

Pela garantia da acessibilidade a todos e a custos tendencialmente gratuitos.

Pelo desenvolvimento de políticas e recursos que desenvolvam a promoção da saúde e a prevenção da doença e diminuam o consumismo e o crescimento do “mercado da saúde”.

As linhas prioritárias de intervenção dos trabalhadores comunistas organizados no S.INTEL são:

- O estudo a análise e o debate sobre o impacto da ofensiva conta o SNS, a sua denúncia face aos trabalhadores e a definição de propostas mobilizadoras que contribuam para um SNS de qualidade e para todos.
- O reforço das organizações de classe, com prioridade para os sindicatos do sector e para a sua intervenção junto dos locais de trabalho.
- O desenvolvimento de iniciativa política unitária, que mobilize trabalhadores da saúde para o combate aos interesses e ofensivas do grande capital e do imperialismo, seja na luta contra guerra, na defesa do meio ambiente, dos recursos e dos serviços públicos, ou na solidariedade com os povos vítimas de agressão.
- O reforço do Partido através do aumento da iniciativa política da organização, o reforço da própria organização, da actividade dirigida aos jovens profissionais e acompanhando os quadros estudantes destas áreas, o recrutamento para o rejuvenescimento e a participação para o reforço da actividade nacional do Partido, nomeadamente através da participação nas Comissões Nacionais e Encontros.

## Justiça

A independência do poder judicial é essencial no Estado de direito democrático e o bom funcionamento da justiça, célere, eficaz e com iguais possibilidades de acesso por parte de todos os cidadãos é uma componente indispensável da democracia. Merece, por isso, particular atenção o modo como a política de direita tem incidido nesta área.

Primeiro, as interferências recorrentes, mais ou menos visíveis, do poder político sobre o poder judicial, as magistraturas e os órgãos de polícia criminal, e as alterações apresentadas ao longo dos anos em sede de revisão constitucional;

Segundo, as discriminações sociais resultantes do encarecimento das custas e taxas e a alteração do regime de acesso ao apoio judiciário.

Terceiro, as iniciativas de privatização no notariado, no sistema prisional e em outras áreas;

Quarto, a falta de meios e recursos que afectam as condições de trabalho de magistrados, funcionários e outros agentes, diminuem a capacidade de combate ao crime organizado, designadamente o chamado crime de “colarinho branco”, o